

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AVALIAÇÃO COLETIVA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**



**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AVALIAÇÃO COLETIVA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

|  |
| --- |
| **A) IDENTIFICAÇÃO GERAL** |
| **Empresa** |
| **Sede:** Cidade/UF |
| **Tipo de estatal:** empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiária.  |
| **Acionista controlador:** xxx (se outra subsidiária, indicar também o nome da holding). |
| **Tipo societário:** sociedade anônima, sociedade limitada ou não definido. |
| **Estrutura de capital:** aberto ou fechado. |
| **Abrangência de atuação:** local/regional/nacional/internacional |
| **Setor de atuação:** financeiro, participações, petróleo, energia, infraestrutura, comunicação, abastecimento, saúde, pesquisa, tecnologia da informação, indústria ou serviços. |
| **Conselheiros(as) de Administração subscritores(as) da Avaliação:** nome. |
| **Membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração subscritores da Avaliação:** nome e cargo. |
| **Data da avaliação:** XX/XX/20XX. |
| **Período avaliado:** 01/01/20XX a 31/12/20XX, por exemplo. |

|  |
| --- |
| **B) AVALIAÇÃO DE MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHOS E COMITÊS DAS EMPRESAS ESTATAIS – UMA EXIGÊNCIA LEGAL**  |
| A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Lei das Estatais, em seu art. 13, inciso III, exige que o estatuto social das companhias disponham, dentre outros assuntos, sobre a “avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo”.O art. 10 da mesma lei (e também o art. 21, inciso III, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016) determina que a empresa pública e a sociedade de economia mista devem criar comitê de elegibilidade estatutário para verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos conselheiros fiscais, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. O Decreto nº 8.945/2016, em seu art. 24, inciso III, determina que o estatuto social das empresas estatais contemple regras mínimas relacionadas à avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos membros estatutários.O objetivo da avaliação coletiva é verificar o desempenho do Comitê de Auditoria Estatutário como um todo e estabelecer, se necessário, programa de treinamento e desenvolvimento voltado para o desempenho de suas atribuições. Além disso, a partir da avaliação, institui-se um importante instrumento não só de identificação e correção de desvios, como também de prevenção e direcionamento da futura composição do órgão colegiado, alinhando-a à estratégia mais eficiente e eficaz da empresa. |

|  |
| --- |
| **C) PREMISSAS BÁSICAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO** |
| O princípio básico do processo é avaliar a efetividade do órgão na gestão da empresa no que diz respeito às funções e responsabilidades aceitas como suas e pré-definidas nos instrumentos legais, estatuto e regimentos internos. Entretanto, **deve haver segurança suficiente para que as avaliações não sejam objeto de retaliação ou constrangimento entre os agentes de governança**. Nesse sentido, é fundamental que os resultados sejam enviados de forma segura para uma fonte neutra, em que serão processados e da qual retornarão de forma consolidada para discussão e uso pelas instâncias competentes da empresa.O Processo de Avaliação Coletiva recomendado segue as seguintes premissas:I) A avaliação tem o propósito de examinar a atuação do órgão colegiado. É uma oportunidade de reforço da responsabilidade de seus membros e de conscientização sobre o impacto de sua gestão na dinâmica e resultado da empresa. II) O tipo de avaliação aplicada é a interna. III) A avaliação deve ser conduzida pelo(a) **Presidente do Comitê de Auditoria e/ou pelo(a) Presidente do Conselho de Administração**, que podem contar com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa.IV) O avaliado é o próprio Comitê de Auditoria Estatutário como um todo.V) A técnica de coleta de dados empregada é o questionário com perguntas fechadas. As questões foram construídas considerando 6 dimensões:1. Agenda;
2. Atuação;
3. Ética e canal de denúncias;
4. Dever de monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa;
5. Dever de supervisionar as atividades de auditoria interna e auditoria independente e avaliar sua independência; e
6. Dever de supervisionar as atividades de controles internos e de avaliar e monitorar as atividades de gestão de riscos.

VI) O presente formulário consiste apenas em modelo com vistas a nortear as avaliações, razão pela qual é facultado à empresa incluir, excluir ou adaptar as questões deste questionário de avaliação, caso entenda pertinente.VII) A avaliação é subscrita pelo(a) condutor(a) do processo e pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa.A seguir, são apresentados os quesitos que compõem o questionário de avaliação. |

|  |
| --- |
| **D) FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO** |
| ***DIMENSÃO I - AGENDA****1. A agenda de reuniões atende às necessidades do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício de suas atribuições, tanto no que diz respeito às áreas envolvidas quanto aos assuntos discutidos?**Sim**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**2. O Comitê de Auditoria Estatutário se reúne antes das reuniões do Conselho de Administração e discutem temas relevantes com a profundidade necessária de forma que suas decisões possam agregar valor às análises e decisões daquele órgão estatutário?**Sim**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**3. A agenda de reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário contempla encontros, pelo menos trimestrais, com as áreas de Contabilidade, Auditoria Interna, Controles Internos e de Gestão de Riscos?**Não se aplica**Atende parcialmente**Sim**Não****DIMENSÃO II - ATUAÇÃO****4. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário possuem nível de conhecimento necessário para atuar com questões relacionadas a controles internos, gestão de riscos, auditoria, ética, contabilidade e finanças?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**5. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário demonstram habilidade e independência para questionar a Diretoria Executiva e agir quando necessário?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**6. O Comitê de Auditoria Estatutário apresenta argumento e competência para convencer a administração sobre pontos de vista divergentes?**Não**Sim**Não se aplica**Atende parcialmente**7. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário demonstram conhecer sua posição na hierarquia da empresa e consideram essa posição quando do desempenho de suas funções?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**8. O Comitê de Auditoria Estatutário estabelece uma boa comunicação com os demais órgãos de governança da empresa?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**9. O Regimento do Comitê de Auditoria Estatutário define claramente sua atuação, foi aprovado pelo Conselho de Administração e foi utilizado no planejamento das atividades do órgão?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim**10. O Comitê de Auditoria Estatutário disponibilizou ao Conselho de Administração relatórios periódicos, tempestivos, de conteúdo relevante e focados em temas importantes para o desempenho das atribuições daquele colegiado?**Sim**Não**Atende parcialmente**Não se aplica**11. As ações e decisões do Comitê de Auditoria Estatutário refletem de fato os princípios, fundamentos e as melhores práticas de governança corporativa adotados pela empresa?**Atende parcialmente**Não se aplica**Sim**Não****DIMENSÃO III - CONDUTA ÉTICA E CANAL DE DENÚNCIAS****12. O Comitê de Auditoria Estatutário manteve o Conselho de Administração informado sobre o conteúdo, funcionamento e resultados do programa de ética e integridade da empresa, de forma a viabilizar a sua execução?* *Não**Atende parcialmente**Não se aplica**Sim**13. O Comitê de Auditoria Estatutário atuou na condução de ações de prevenção e detecção de condutas inadequadas e na promoção de uma cultura de incentivo, valorização e reconhecimento do comportamento ético, bem como do cumprimento de leis e regulamentos e dos padrões definidos pela empresa?**Não**Atende parcialmente**Sim**Não se aplica**14. O Comitê de Auditoria Estatutário conheceu as denúncias recebidas por meio do Canal de Denúncias ou por outros meios, bem como acompanhou o resultado da apuração pela área responsável da empresa?**Não se aplica**Atende parcialmente**Não**Sim****DIMENSÃO IV - DEVER DE MONITAR A QUALIDADE E A INTEGRIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS INFORMAÇÕES E MEDIÇÕES DIVULGADAS PELA EMPRESA****15. O Comitê de Auditoria Estatutário monitorou a qualidade, a integridade e emitiu opinião sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anual e sobre o Relatório da Administração da empresa?**Não**Não se aplica**Atende parcialmente**Sim**16. O Comitê de Auditoria Estatutário supervisionou as atividades desenvolvidas na área de elaboração das demonstrações financeiras?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**17. O Comitê de Auditoria se reuniu regularmente em sessões separadas e privativas com o diretor de auditoria interna, os auditores independentes e a administração para tratar de assuntos relacionados às demonstrações financeiras trimestrais e anual da empresa?* *Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**18. Ao final do exercício social, o Comitê de Auditoria elaborou relatório anual contemplando informações sobre suas atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações emitidas, além de registrar as divergências significativas, porventura existentes, entre a administração, a auditoria independente e o Comitê de Auditoria Estatutário a respeito das demonstrações financeiras?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim**19. O Comitê de Auditoria Estatutário reservou tempo para estudar e discutir os métodos utilizados pela administração para desenvolver estimativas, como, por exemplo, aqueles relacionados a Planos de Pensão e Planos de Saúde?**Sim**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**20. O Comitê de Auditoria Estatutário conheceu o Plano de Trabalho da Auditoria Interna, os seus resultados, bem como as recomendações/determinações eventualmente emitidas, e acompanhou a implementação das ações necessárias à solução das deficiências apontadas?**Atende parcialmente**Não se aplica**Não**Sim****DIMENSÃO V - DEVER DE SUPERVISIONAR AS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE E AVALIAR SUA INDEPENDÊNCIA*** |

*21. O Comitê de Auditoria Estatutário monitorou a qualificação e o desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria independente?*

*Sim*

*Não*

*Atende parcialmente*

*Não se aplica*

*22. O Comitê de Auditoria Estatutário assegurou-se do exercício independente da Auditoria Interna?*

*Atende parcialmente*

*Não se aplica*

*Não*

*Sim*

*23. O Comitê de Auditoria Estatutário atuou na seleção, recondução ou substituição dos auditores independentes?*

*Atende parcialmente*

*Não se aplica*

*Não*

*Sim*

*24. O Comitê de Auditoria Estatutário conheceu o Plano de Trabalho da Auditoria Independente, os seus resultados e acompanhou a implementação das ações necessárias à solução das deficiências apontadas, bem como avaliou sua independência?*

*Atende parcialmente*

*Não se aplica*

*Não*

*Sim*

***DIMENSÃO VI - DEVER DE SUPERVISIONAR AS ATIVIDADES DE CONTROLES INTERNOS E DE AVALIAR E MONITORAR AS ATIVIDADES DE GESTÃO DE RISCOS***

*25. O Comitê de Auditoria Estatutário conheceu os planos de trabalho da área de controles internos e gestão de riscos, os seus resultados, e acompanhou a implementação das ações necessárias à solução das deficiências apontadas?*

*Atende parcialmente*

*Não se aplica*

*Não*

*Sim*

*26. O Comitê de Auditoria Estatutário acompanhou as transações da empresa com partes relacionadas e situações de potencial conflito de interesses e se manifestou sobre a adequação dessas transações?*

*Atende parcialmente*

*Não se aplica*

*Não*

*Sim*

*27. O Comitê de Auditoria Estatutário monitorou a conformidade da empresa no cumprimento de leis, normas e regulamentos?*

*Atende parcialmente*

*Não se aplica*

*Não*

*Sim*

|  |
| --- |
| **BIBLIOGRAFIA** |
| BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 1 jul. 2016.\_\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 4 jan. 2017.INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Avaliação de conselhos:** recomendações práticas. São Paulo: IBGC Orienta, 2020. 55 p. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24358. Acesso em: 15 dez. 2022.OECD. **Diretrizes da OCDE sobre governança corporativa de empresas estatais:** edição 2015. Paris: OECD Publishing, 2018. https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt. Acesso em: 26 dez. 2022. |